

## ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N.º 422/2023

**REQUERIMENTO DE PARECER JURÍDICO. PROJETO PROPOSTO PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) LIGA FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER – LFCC. REPASSE DE RECURSOS DESTINADOS VIA EMENDAS LEGISLATIVAS DA CÂMARA DE VEREADORES. PROJETO “A BUSCA PELA QUALIDADE”. INCIDÊNCIA DA LEI 13.019/14. INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO. POSSIBILIDADE.**

O Sr. Secretário da Administração encaminhou a esta Assessoria, em 17/11/2023, os Autos do Processo 246-2023 – PARCERIAS OSCs, indagando sobre a possibilidade da operacionalização do projeto “A BUSCA PELA QUALIDADE”, proposto pela OSC LIGA FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER – LFCC, inscrita no CNPJ nº 04.466.902/0001-79, com o intuito de realizar investimentos nas atividades da entidade, mediante repasse de recursos oriundos de emendas da Câmara de Vereadores à Lei Orçamentária Municipal, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Em específico, os recursos serão aplicados em melhorias do espaço físico da entidade, visando proporcionar melhores condições de atuação para as atividades da entidade, conforme consta do projeto apresentado, em anexo ao Autos.

Consta dos Autos a Reserva de Dotação Orçamentária, estando contida na Ação de Despesa nº 2195 (Serviços voltados a Promoção e Integração das Mulheres), Despesa 3.3.50.43 (Subvenções Sociais), Recurso 1 (Recurso Livre), FR 500 (Recursos não vinculados de impostos).

De posse das informações, esta Assessoria passa a analisar a questão.

Pelas características da entidade proponente do projeto, a qual é Organização da Sociedade Civil, que desempenha atividades reconhecidas pela comunidade, voltadas ao

apoio à pessoa com câncer, além de haver designação dos recursos via emendas à Lei Orçamentária Municipal exclusivamente à entidade, é caso da aplicação do Art. 29, da Lei 13.019, sendo inexigível o chamamento público, conforme colacionamos abaixo.

**Art. 29.** Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) (Grifamos)

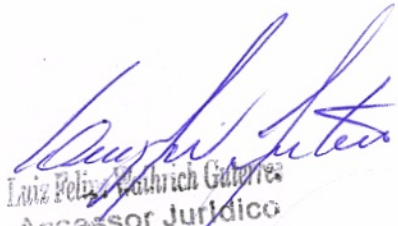
Consta dos Autos, ainda, expressa manifestação da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Habitação – STASH, dando conta do interesse público na formalização do projeto.

Salienta-se ainda que, embora a inexigibilidade da realização do chamamento público, a entidade deverá adequar-se às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/14 (Lei do Marco Regulatório) quanto aos procedimentos e prestação de contas, uma vez que não são dispensadas as demais obrigações impostas pela Lei.

Ainda, para fins de validade, será necessária a justificação da não realização do chamamento público.

Salvo melhor juízo, é o parecer que encaminhamos à consideração superior.

Ibirubá/RS, 27 de novembro de 2023.

  
Luiz Felipe Machado Guterres  
Assessor Jurídico  
OAB-RS nº 86.826